

■ Caminhos para a construção de uma política de integração curricular da educação profissional com a EJA: a experiência do Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis no âmbito da SEEDF

 Antônio Biancho Filho *
Giovanna Amaral da Silveira **
Newton Carmo Oliveira ***

Resumo: Este artigo resulta da observação da construção do Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado a Educação Profissional no Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis (CED Irmã Maria Regina), da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal-DF, localizado em Brazlândia-DF, a qual oferta a Educação de Jovens e Adultos-EJA. Seu objetivo principal é relatar a construção e a implantação da oferta do Currículo Integrado da Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos. O processo apresentado está fundamentado em documentos que norteiam a Educação Profissional e parte da Educação Básica tais como: a Resolução nº 6 do Conselho Federal de Educação, a Resolução nº1 do Conselho de Educação do Distrito Federal, as Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos e o Regimento Escolar da SEEDF, como subsídios na construção do Currículo Integrado em implantação no Distrito Federal. O resultado deste trabalho visa demonstrar que a legislação básica dispõe sobre a oferta integrada e a articulação de conhecimentos teórico-práticos, com a finalidade de possibilitar ao sujeito da EJA uma atuação autônoma no mundo do trabalho, assim como nas demais práticas sociais. Além disso, esta pesquisa busca compreender as especificidades da integração curricular e o papel dos atores envolvidos, bem como auxiliar em outras possíveis adesões para a ampliação dessa forma de oferta.

Palavras-chave: Educação Profissional; Currículo Integrado; Mundo do Trabalho; Ampliação da Oferta Integrada; Construção Coletiva.

* Antônio Biancho Filho atua na Diretoria de Educação Profissional, na Gerência de Integração Curricular - DIEP/GIC/SEEDF. Professor formador/tutor do Arteduca, grupo de pesquisa que desenvolve projetos baseados na arte/educação a distância articulada, de forma inter ou transdisciplinar, vinculado ao MidiaLab do Instituto de Arte da Universidade de Brasília – IdA/UnB, (2004/14). Bacharel em Desenho e Plástica pelo IdA/UnB, graduado em Educação Artística pelo IdA/UnB, mestre em Arte e Tecnologia pelo PPG/VIS/IdA/UnB.

** Giovanna Amaral da Silveira atua na Diretoria de Educação de Jovens e Adultos/ Gerência de Educação Prisional e Integração Curricular com a Educação Profissional- GEPIC da SEEDF. Graduada em Biologia pela Universidade Católica de Brasília – UCB.

*** Newton Carmo Oliveira atua na Diretoria de Educação Profissional, na Gerência de Integração Curricular - DIEP/GIC/SEEDF e como Coordenador de curso do PRONATEC na Unidade Remota de São Sebastião. Graduado em Ciências Biológicas pela Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV/GO. Pós-Graduado em Segurança no Trabalho (Lato-Sensu), Faculdade Unireal, IBEG/DF. Pós-Graduado em Saúde Pública e Mental, (Lato-Sensu), IBEG/DF.

Introdução

O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da educação de jovens e adultos - EJA no Distrito Federal, com foco na criação e implementação dessa modalidade de ensino articulada à Educação Profissional, na forma integrada, enquanto política de Estado, por meio de um relato sobre a construção do Curso Técnico em Controle Ambiental, no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Reis (2011) argumenta que é possível pensar a educação, e seus sujeitos, dentro de uma ótica Gramscianiana, ou seja, com o intuito de superar as desigualdades sociais. Ancorado nessa perspectiva, ele afirma que:

Essa contribuição da Educação à transformação da sociedade só ocorre a partir de iniciativas político-pedagógicas, em que, sob determinadas condições objetivas, proporcione-se não só a constituição de um sujeito de um saber (epistemológico), mas também de um sujeito de poder (político) e de um sujeito que acolhe e é acolhido (amoroso), como base de um e outro. Saber como forma de poder. Poder como forma de saber. Em outros termos, pressupõe-se uma estratégia de ação de reversão ou superação do capitalismo e sua desigualdade social (REIS, 2011, p. 48).

A demanda social dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos perpassa as suas necessidades familiares e culturais, bem como as possibilidades de iniciar ou de completar os estudos e suas perspectivas de inserção e ascensão no mundo do trabalho. A partir dessa premissa, pode-se constatar, em breve recorte histórico, que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) atribuiu ao Estado a oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso a ele na idade tradicional, como se pode conferir no art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

A partir da constituição de 1988, houve uma sucessão de leis abordando questões da EJA. Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto apresentou à UNESCO um documento para a Conferência Internacional de Educação de Adultos. Nesse documento, foram explicitadas as aspirações desse público, tanto as de alfabetização, quanto as de conclusão do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, as progressões de estudos, ingresso na universidade e ascensão profissional, “cuidando para que as políticas de educação de adultos voltadas para o trabalho atendam as necessidades dos trabalhadores autônomos e da economia não-formal” (UNESCO, 1999, p. 45).

A Integração Curricular da Educação Profissional com o Terceiro Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA

Na década de 90, emerge um entendimento nas instâncias educacionais sobre a necessidade de se oferecer um Ensino Médio integrado que seja capaz de reunir os conhecimentos acumulados historicamente pela ciência e a formação profissional. Essa ideia foi expressa pelo Decreto nº 2.208/97, substituído, em 2004, pelo Decreto nº 5.154/2004¹, que tem o

mérito de propor novamente a integração do Ensino Médio com a formação profissional e procura atender a um público específico que almeja a profissionalização, seja para seu exercício, seja para sua ascensão vertical em estudos posteriores aos de nível superior.

A abordagem, expressa no Decreto supracitado, visa superar as diferenças do trabalho intelectual versus trabalho manual, com ênfase nos princípios da formação politécnica e da escola unitária. Ciavatta (2005) explica que o conceito de integração busca enfatizar o trabalho como princípio politécnico e educativo com vistas a superar a antiga concepção da educação profissionalizante que limitava o trabalhador na esfera do trabalho manual e procura incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo rumo a uma formação cidadã na qual o trabalhador é o protagonista da sua atuação no mundo do trabalho. Dessa forma, o termo integração é definido como um “sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (CIAVATTA, 2005, p. 146).

Na abordagem da integração curricular estão previstas estruturas pedagógicas e físicas diferenciadas, a saber: projetos integradores, interdisciplinaridade, laboratórios específicos de acordo com os cursos escolhidos objetivando auxiliar o ensino e a aprendizagem e o fomento à pesquisa, isto é, a articulação da formação geral com a técnica e o compromisso com a qualidade da educação e das múltiplas dimensões dos sujeitos da EJA rumo à emancipação social e à preparação para o mundo do trabalho.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Carlos Mota (2014), a sociedade contemporânea é caracterizada por constantes mudanças nas dimensões sociais, econômicas, tecnológicas, ambientais, dentre outras, que implicam inúmeras transformações na prática social e no trabalho – só que agora em uma perspectiva diferente, pois a educação deve ser vanguarda das inovações a fim de atender aos desafios apresentados pela contemporaneidade. Neste sentido, o Decreto 5.154/2004 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e orientando as formas de oferta para essa modalidade no âmbito das secretarias de educação dos estados.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio também dialoga com as diferentes dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, articulando-se preferencialmente com a Educação Profissional e Tecnológica – um processo que resulta, simultaneamente, na qualificação profissional e na elevação dos níveis de escolaridade. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos, culturais e políticos.

A Resolução nº 6 do CNE/CEB, Art. 3º, de 20 de setembro de 2012, define que a Educação Profissional Técnica de Nível

Médio “é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica”. A saber:

1) A forma concomitante é ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em outras.

2) A forma integrada é ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, com vistas à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica. Fundamenta-se no princípio da formação politécnica nas dimensões do trabalho, cultura, ciência e tecnologia e da escola unitária, ou seja, na articulação da formação geral e técnica e o compromisso com a qualidade da formação dos seres humanos em suas múltiplas dimensões, visando à autonomia social dos estudantes.

3) A forma subsequente é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

A Resolução nº 1/2012-CEDF² da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF obedece às determinações das formas de desenvolvimento da Educação Profissional expressas na Resolução nº 6 do CNE. Suas principais metas são: ampliar a oferta integrada oferecida pelo Centro de Ensino Médio Integrado do Gama - CEMI com o Curso Técnico em Informática, criado em 2006; e pelo Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Ceilândia - CEP Ceilândia, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - *PROEJA*, com os cursos: técnico em Informática e o Curso Técnico em Administração, implantados em 2009 e oferecidos na modalidade a distância.

A ampliação da oferta Integrada pauta-se na visão politécnica, respeitando os valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional. Nesse viés o trabalho é assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da Proposta Político - Pedagógica e do desenvolvimento curricular. Realiza-se a indissociabilidade entre educação e prática social no processo de ensino-aprendizagem, por meio da articulação da Educação Básica com a Educação Profissional. Nessa perspectiva, articula-se a integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

Na oferta Integrada considera-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, na qual a pesquisa e a interdisciplinaridade buscam assegurar no currículo e na prática pedagógica a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Utiliza-se a contextualização, a flexibilidade no uso de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias

a ele vinculadas. Nessa perspectiva, foi elaborado o Curso Técnico em Controle Ambiental do CED Irmã Maria Regina, conforme relatos a seguir.

Descrição da Experiência: relatos e trajetória do CED Irmã Maria Regina Velanes Regis

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, em 2014, visando atender a demanda atual dos jovens que frequentam a escola pública no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA, deu continuidade às ações de implantação da oferta Integrada da Educação Profissional com o Ensino Médio e com o Terceiro Segmento da EJA. Com o objetivo de construir coletivamente uma estratégia de atuação integrada de mobilização, formação e compartilhamento da temática de integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a EJA, realizou-se o Seminário de integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, em 31 de julho de 2014, uma vez que “É preciso discutir e elaborar coletivamente as estratégias acadêmico-científicas de integração. Tanto os processos de ensino-aprendizagem, como os de elaboração curricular” (BRASIL, 2007, p. 56). O público-alvo foi formado, basicamente, pela comunidade e gestores dos Centros de Educação Profissional do Distrito Federal, Professores, Coordenadores Pedagógicos Locais, Intermediários e representantes dos Conselhos Escolares e estudantes.

Mediante a participação e publicação da oferta integrada nesse Seminário, a Diretoria de Educação Profissional - DIEP, à época denominada de Coordenação da Educação Profissional - CEPROF, passou a divulgar para a Rede Pública de Educação do Distrito Federal orientações nas quais se reuniram alguns documentos norteadores, além de um roteiro básico para a adesão e construção de Cursos Técnicos. Uma ação conjunta entre a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (antiga CEJAD), o Núcleo de Educação no Campo (antigo NEC), a Gerência de Educação Básica Regional de Brazlândia e o Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Saúde de Planaltina - CEP Saúde resultou na adesão do CED Irmã Maria Regina, de Brazlândia, que foi a primeira Unidade Escolar a completar o processo de construção do plano de curso integrado de Educação Profissional à Educação de Jovens e Adultos – EJA-I, técnico em Controle Ambiental Integrado à Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Médio, eixo tecnológico ambiente e saúde, aprovado em 2015 pelo Conselho de Educação do Distrito Federal³. O objetivo era criar mais uma oportunidade de atender aos anseios dos estudantes do terceiro segmento da EJA, que nessa comunidade em sua maioria são trabalhadores rurais, visando alcançar e ampliar as suas condições educacionais, profissionais e tecnológicas.

O intuito dessa oferta é que o estudante possa fazer, simultaneamente, o Ensino Médio ou a Educação de Jovens e Adultos integrados em um único Curso Técnico, recebendo ao final uma única certificação com duas habilitações: a conclusão da Educação Básica e a conclusão de um Curso.

A escolha do Curso Técnico em Controle Ambiental

A escolha do perfil profissional do Curso foi feita com a participação da Comunidade do Rodeador, onde a citada Unidade Escolar se localiza, e com o objetivo de atender à demanda dos arranjos produtivos locais.

O primeiro encontro no CED Irmã Maria Regina foi um momento ímpar para a Educação Profissional do DF e para a comunidade do Rodeador, região rural de Brazlândia, com uma mesa de convidados composta de pessoas envolvidas com essa comunidade e de profissionais da educação comprometidos com a qualidade da Educação Pública no Distrito Federal e com a construção de um currículo integrado. Esse público era constituído, em sua maioria, por gestores, estudantes, professores e participantes de movimentos sociais, todos ávidos por mudanças na Educação de Jovens e Adultos.

De início estabeleceu-se uma relação dialógica, de cunho pedagógico, para as tentativas iniciais de subsidiar a implantação da EJA integrada naquela Unidade Escolar. O professor especialista na área, que atua no Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina - ETS, proferiu uma palestra explicando as especificidades e o perfil profissional do curso de técnico em Controle Ambiental, assim como suas expectativas para inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

Os demais encontros foram realizados sempre com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo. Para subsidiar os trabalhos, foram realizados estudos sobre as concepções e princípios da EJA Integrada à Educação Profissional, um passo a passo para construção do Plano de Curso, e desenvolvidas algumas orientações básicas sobre os trâmites para encaminhamento desse Plano ao Conselho de Educação do Distrito Federal para análise e aprovação.

Além dessas iniciativas, foi realizado um estudo de como elaborar um currículo Integrado com a participação dos estudantes, professores, equipe gestora e demais membros da comunidade escolar. O mais importante era entender como cada conhecimento poderia ser articulado. Para isso, o trabalho foi feito em cima da reflexão: "o que cada professor deveria fazer para que os conhecimentos de sua área fossem significativos para o egresso em um Curso Técnico em Controle Ambiental?" Nessa perspectiva, os professores fizeram relações entre os conhecimentos dos diversos componentes Curriculares da Base Comum e os conhecimentos do Curso Técnico.

Chegou-se ao entendimento de que se deve selecionar e dimensionar os conteúdos do componente curricular que sejam necessários na formação técnica específica, ressaltando a importância de entender o perfil de um técnico em Controle Ambiental para a organização de todos os conteúdos que fariam parte do curso. Foi ressaltada a importância da integração do currículo que incluísse a perspectiva da Educação do Campo, na qual o mundo do trabalho é problematizado.

Foram apresentados os princípios norteadores da EJA

Integrada, ressaltando o trabalho em rede, a importância dos saberes dos estudantes, da comunidade local e da pesquisa como eixo nuclear da prática pedagógica. Enfatizou-se que na integração é importante considerar as dimensões articuladoras: trabalho, cultura, ciência e tecnologia e ter como princípio a interdisciplinaridade das áreas de conhecimentos, dos eixos integradores e dos mecanismos de integração. Para tanto, foi elaborada uma matriz curricular para a EJA Integrada com os componentes curriculares das formações propedêutica e técnica, com os projetos e eventos integradores, com a organização de temas, espaços e tempos que consideram o perfil dos Sujeitos da EJA e da localidade.

O debate, no entanto, não terminou nessas primeiras considerações. Os professores, alunos e gestores perceberam e manifestaram a necessidade de conhecer mais sobre as técnicas para o trabalho no campo, explicitando a necessidade de se conhecer mais sobre o perfil do técnico em Controle Ambiental, para assim organizar melhor o desenvolvimento do curso.

Na retomada dos trabalhos, realizou-se uma explanação voltada para a construção do desenho curricular do curso, fixando o tempo de duração em dois anos e meio. Por outro lado, também foram apresentadas as possíveis matrizes do curso e esclarecimentos a respeito dos eixos transversais, que dependem das características da atividade profissional escolhida e de quais eixos Integradores seriam definidos no processo de construção do Plano de Curso.

As Abordagens Pedagógicas pautadas seguem a perspectiva de complexos temáticos, que se estrutura a partir de esquemas conceituais, é centrada em situações problemas e mediada por dilemas reais vividos pela sociedade e por áreas de conhecimento. Destacou-se, ainda, a importância da articulação do Currículo da Educação Básica com a Pedagogia Histórico-Crítica, assim como consta no documento Orientações Pedagógicas da integração da educação profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014).

Esclareceu-se que o Planejamento de um Curso Integrado é, necessariamente, coletivo, construído com a participação dos professores da área técnica e os do núcleo comum. Explicou-se a implantação do Projeto Integrador - PI, apresentando o fluxograma com um ciclo de execução do PI e a definição de suas etapas. Mostrou-se a importância do PI como ferramenta de ligação entre a escola e o mundo do trabalho, apresentando os seus objetivos, com vistas a problematizar temas, inclusive os eventos integradores que deveriam ser pensados e discutidos individualmente e em grupo. Em seguida, as discussões subsequentes a respeito dos mecanismos de Integração, das avaliações interdisciplinares, das atividades interdisciplinares, dos encontros temáticos, das feiras, das saídas a campo, dos seminários, entre outros temas, foram finalizadas. Nesse enfoque, o currículo integrado foi discutido com o objetivo de se fazer uma nova leitura da realidade, diante de um novo contexto, em que cada componente curricular propõe sua contribuição para a integração com a parte

específica do curso.

Alguns pontos foram alvo de questionamento, tais como se o material didático seria construído ou selecionado de um material existente. Após um período de deliberação, optou-se pelo material já existente. Discutiu-se, ainda, se o Eixo transversal Sustentabilidade, como um conceito que amplia a noção de meio ambiente e do Indivíduo/comunidade/sociedade, deveria perpassar todo o curso e dar sustentação ao planejamento. Nesse sentido, algumas ideias foram sugeridas, tais como: sujeitos coletivos e a educação para a sustentabilidade.

A contribuição com os conhecimentos da Educação do Campo, acerca da terra, do trabalho e da luta social, foi garantida pelo Núcleo de Educação no Campo. Houve diálogos para definir as saídas intermediárias⁴ e suas finalidades: se essas seriam uma forma de incentivo ou de evasão. Alguns estudantes presentes deram depoimento dizendo que as saídas intermediárias seriam uma forma de “provar que se está fazendo o curso” e de “não perder tempo”, de já poder começar a atuar na área com uma certificação. Com essas contribuições, os participantes chegaram ao consenso de que as saídas intermediárias são importantes para os discentes e servem como incentivo para que esses permaneçam no curso.

Em relação às condições físicas, constatou-se que a escola não estaria equipada adequadamente para a realização do curso. Contudo, esclareceu-se que essas são ações paralelas e que os equipamentos viriam de programas tais como o Brasil profissionalizado⁵.

Comentou-se com otimismo que Brzândia poderá ser o maior produtor de morango orgânico do Brasil e que a formação de um técnico em Controle Ambiental passa a se tornar fundamental para a região, uma vez que os produtores estão utilizando os defensivos agrícolas de maneira errada, o que acarreta problemas de saúde, degradação do solo e alguns casos de mortalidade.

A partir das decisões tomadas, iniciaram-se as explicações dos três momentos que definiram a estrutura do curso, isto é: 1) laboratorial; 2) gestão; e 3) análise dos impactos. Com a participação entusiasmada do grupo, definiu-se que haveria duas saídas intermediárias, com certificação no 1º ano para Agente de Mobilização Ambiental, e com a certificação para Auxiliar de Controle Ambiental, ao concluir o 2º ano. Ao completar a carga horária em cinco semestres (dois anos e meio) o estudante teria direito à certificação de técnico em Controle Ambiental. Assim, estabeleceram-se os eixos integradores do curso: Educação Ambiental, Práticas de Desenvolvimento Sustentável e Intervenção Comunitária, para os 1º, 2º e 3º períodos, respectivamente. O Eixo Transversal do curso (sustentabilidade: terra, trabalho e transformação social) foi, assim, ratificado.

Na escolha do Projeto Integrador todos queriam contribuir para que e o projeto demonstrasse a relação entre a formação técnica dos discentes e a intervenção na comunidade local. Com a contribuição significativa dos participantes, um estudante sugeriu que o Projeto Integrador

recebesse o nome de “Rodeador Sustentável: terra, trabalho e transformação social”. Com essas decisões, elaborou-se a Matriz Curricular do curso de técnico em Controle Ambiental com as contribuições do grupo de trabalho.

A construção das ementas do curso

O técnico em Controle Ambiental voltou ao CED Irmã Maria Regina e, com a participação de todos os professores da Base Comum, elaboraram o fechamento dos trabalhos. Foi esclarecido, pelo técnico, que o curso tem uma abordagem teórico-prática e explica o porquê dos componentes curriculares em cada período, relatando que cada componente tem como função fundamental os estudantes a respeito dos temas trabalhados ao longo do curso. Assim, defendeu-se e explicou-se a necessidade de integrar os conteúdos da Base Comum com a parte específica do curso, para que os estudantes tenham os conhecimentos necessários para a sua formação.

Enfatizou-se a articulação entre os componentes curriculares com o Projeto Integrador, com os eixos e com as saídas intermediárias, como se fizessem parte de uma engrenagem. Chamou-se a atenção para o fato de que a Base Comum, ministrada na Educação Básica, tem a pretensão de formar os sujeitos para qualquer profissão, enquanto na Educação Profissional os conteúdos de todas as áreas são focados para a formação técnica. Nesse ponto, foi elucidadora a apresentação feita pelo técnico, sugerindo modos de articulação entre os conteúdos (teoria) e as práticas. Isso evidenciou a importância do uso de práticas supervisionadas como parte do curso junto ao Projeto Integrador, onde no primeiro semestre pode-se fazer um mapeamento de modo a sistematizar o conhecimento com a supervisão do professor e a contabilizar a carga horária dessas práticas como horas indiretas para o curso.

O técnico em Controle Ambiental citou a necessidade de consultar o catálogo de cursos do Ministério da Educação⁶ para verificar os conteúdos mais adequados para o curso. Reforçou que a Educação do Campo não deve ser uma disciplina, mas precisa perpassar todo o curso, e enfatizou a necessidade da efetivação da coordenação coletiva para garantir integração dos conteúdos. Não obstante, apontou-se a importância do reconhecimento e da participação dos sujeitos da EJA nesse processo e, a partir daí, mostrou a necessidade em trabalhar todos os componentes curriculares com esse respeito ao sujeito – nesse caso, um sujeito do campo. Houve o entendimento de que essas perspectivas são muito importantes para o curso, e devem ser garantidas no texto das ementas para que, caso se mude o professor, fique assegurada a continuidade com coerência.

Com base no Trabalho de Conclusão do Curso – TCC decidiu-se que tal trabalho será fruto das atividades desenvolvidas em todo o processo, e não um projeto à parte. Explicou-se que a ênfase do trabalho será dada pelo corpo docente durante todo o processo. Em continuidade, foi proposto como um dos componentes curriculares

o Empreendedorismo e Comunicação no Campo. Alguns docentes questionaram em qual momento seria trabalhada a Metodologia de Intervenção Comunitária. Lembrou-se, então, do eixo estruturante: Trabalho, Sustentabilidade e Transformação Social, e foi proposto que esse eixo perpassasse todos os componentes curriculares. Os professores ressaltaram a importância da resignificação da coordenação coletiva como espaço de formação. Dessa forma, todos que venham a trabalhar no curso poderão se apropriar da perspectiva traçada, tendo em vista que a elaboração do Plano de Curso foi realizada coletivamente e que essa construção foi desenhada como um curso de formação, certificado pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE.

A discussão foi sintetizada nos seguintes termos: todas as ações do Projeto Integrador têm como foco responder às necessidades do perfil do egresso em cada saída intermediária. O TCC pode ser feito em diferentes formatos, tais como portfólio e memorial. O grupo, então, teceu considerações a respeito da importância da construção coletiva do Currículo do Curso. Assim, ficou definido que o fechamento do Plano de Curso seria conduzido pela equipe de Coordenadores Centrais da Educação Profissional, Ensino Médio e EJA da SEEDF, em parceria com a equipe gestora do CED Irmã Maria Regina e encaminhado às instâncias da SEEDF e ao Conselho de Educação do Distrito Federal para análise e aprovação.

Dessa forma, o Plano de Curso foi finalizado e submetido ao Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, sendo aprovado e homologado pelo CED Irmã Maria Regina com fulcro no art. 3º do Regimento do Conselho de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 35.316, de 10 de abril de 2014, homologado pelo parecer nº 57/2015 - CEDF, de 24 de março de 2015.

No dia 04 de agosto, às 19h30, aconteceu solenidade de abertura com a aula inaugural do Primeiro Curso Técnico em Controle Ambiental na modalidade EJA Integrada do Distrito Federal, com a presença do Secretário de Educação e demais autoridades da comunidade do Rodeador e da SEEDF. Assim, o curso foi implantado no CED Irmã Maria Regina e, desde essa implantação, uma turma já completou o primeiro semestre do curso, e nova turma já teve início no primeiro semestre de 2016.

Nesse mesmo processo de construção iniciado no CED Irmã Maria Regina, outras Unidades Escolares aderiram à proposta e novos Cursos foram elaborados. Os professores do Centro Educacional 01 do Cruzeiro da SEEDF construíram coletivamente os Planos de Curso e Currículo Integrado para o EMI – Técnico em Informática para Internet⁷, que foi aprovado e homologado⁸ no Diário Oficial do Distrito Federal. O curso foi implantado no primeiro semestre de 2016, e a aula inaugural – que aconteceu no dia 29 de fevereiro – contou com a presença do Secretário de Educação e demais autoridades da comunidade do Cruzeiro e da SEEDF. Quatro turmas foram formadas, e estão em processo de implantação.

O mesmo processo de construção coletiva foi realizado no Centro Educacional 02 do Cruzeiro da SEEDF, mediante

a Construção do Plano de Curso e Currículo Integrado para o Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado à Educação de Jovens e Adultos. O curso foi submetido ao Conselho de Educação do Distrito Federal, sendo aprovado e aguardando a sua publicação no Diário Oficial do DF.

Considerações finais

A carência de possibilidades para atender aos anseios de ingresso no mundo do trabalho da população brasileira levou o Ministério da Educação a lançar alguns programas com políticas de governo. Frente a essa importante ação na esfera das políticas públicas para ampliar a forma de oferta na Educação Profissional, as unidades técnicas da Subsecretaria de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SUBEB/SEEDF, passaram a elaborar documentos para normatizar essas ações com o intuito de formular políticas de Estado para atender essa proeminente necessidade.

A SEEDF retoma os trabalhos da Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e EJA após cinco anos sem novas ofertas. Para a ampliação dessa oferta foram criados alguns grupos de estudo com a participação da Diretoria de Educação Profissional – DIEP; da Diretoria de Ensino Médio – DIEM, da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA (responsáveis pela Integração Curricular, por meio de suas gerências), das Coordenações Regionais de Ensino e das Comunidades Escolares. Tais grupos propiciaram a elaboração coletiva de Planos de Cursos e Currículos Integrados para oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e à EJA, com uma visão diferenciada daquelas já realizadas.

Os pensadores da educação Freire e Papert (1996), em entrevista registrada em vídeo, teceram comentários a respeito do futuro da escola, no qual Freire refletiu sobre a necessidade de romper paradigmas para mudar a escola completamente, ao invés de acabar com a mesma. Em sua fala, afirma que a questão de promover essa mudança na escola “é radicalmente fazer que nasça dela um novo ser tão atual quanto a tecnologia. Eu continuo lutando no sentido de pôr a escola à altura do seu tempo. E pôr a escola à altura do seu tempo não é soterrá-la, mas refazê-la.” (FREIRE & PAPERT, 1996). Tal afirmação confirma a importância de conduzir os professores à mudança de postura prática frente aos procedimentos pedagógicos tradicionais.

Conclui-se, ainda que parcialmente, ser preciso saber transformar potencialidades em competências e habilidades; informações e culturas em conhecimento técnico e científico.

Assim, a postura da SEEDF – tanto quanto a dos gestores da educação pública, dos corpos discentes e docentes – não deve ser de passividade diante das políticas de governo, mas de protagonismo e de compromisso em criar condições para que se, empenhem na construção de um sólido caminho para a oferta da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Tais atores devem, além de ser os organizadores, utilizar o conhecimento do processo educativo no seu progressivo aperfeiçoamento e na mudança de seus caminhos e de seus pressupostos, partindo dos indícios legais rumo à construção de políticas de Estado para a plena integração curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento base. Brasília: MEC, 2007.
- _____. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, MEC/CNE. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2012.
- ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Ensino médio integrado. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo; PAPERT, Seymour. O Futuro da escola - Vídeo. Parte III e IV. 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BejbAwuEBGs>>. Acesso em 21 mar. 2016.
- REIS, Renato Hilário dos. A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos. 1ª ed. Brasília: Autores Associados, 2011.
- SEEDF. Diretrizes Pedagógicas Professor Carlos Mota. Secretaria de Estado de Educação, Brasília-DF, 2012.
- _____. Orientações pedagógicas da integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Estado de Educação. Brasília - DF, 2014.
- UNESCO. Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos: Declaração de Hamburgo; Agenda para o futuro. - Brasília, Sesi/UNESCO, 1999.

NOTAS

- 1 Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterado pelo Decreto 8.268/2014 e a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.
- 2 Alterada em seus dispositivos pela Resolução nº 1/2014-CEDF, publicada no DODF nº 43, de 26 de fevereiro de 2014, p.5.
- 3 Homologado em 1º/4/2015, DODF nº 65, de 2/4/2015, p.13. Portaria nº 46 de 8/4/2015, DODF nº 70, de 10/4/2015, p. 8.
- 4 Conforme o Decreto nº 5.154 de 23 de Julho de 2004 no seu Art.6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.
- 5 “O programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.” Informação do portal do Ministério da Educação-MEC. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663> Acesso em 22 mar. 2016.
- 6 Como política de desenvolvimento e valorização da educação profissional e tecnológica de nível médio, o MEC iniciou, em 2007, a elaboração do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, um dos marcos do centenário da educação profissional no Brasil. O documento é elaborado de forma clara e objetiva para facilitar a consulta dos estudantes diante da quantidade de cursos ofertados. O catálogo agrupa os cursos em formato e linguagem simples, de acordo com as características científicas e tecnológicas de cada um. Para cada perfil de formação, sintonizado com o mundo do trabalho, o catálogo apresenta uma descrição do curso. As informações englobam atividades do perfil profissional, possibilidades de atuação e estrutura mínima recomendada. Informação do portal do Ministério da Educação-MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>> Acesso em 22 mar. 2016
- 7 Submetido ao Conselho de Educação do Distrito Federal Com fulcro no art. 3º do Regimento do Conselho de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 35.316, de 10 de abril de 2014, homologado pelo parecer nº 174/2015-CEDF, de 10 de novembro de 2015, do Conselho de Educação do Distrito Federal e aprovado em Sessão Plenária de igual data.
- 8 Diário Oficial do Distrito Federal - DODF. Pág. 6. Seção 01. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de 17 de Novembro de 2015.